Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 06, No. 12 | Jan-Abr/2018
Artigo recebido em 22/09/2017 / Aprovado em 12/12/2017
http://dx.doi.org/10.20336/rbs.242
10.20336/rbs.242

Governo, gestão de populações e subjetividades: balanço e perspectivas analíticas

Edson Miagusko*
Fabiana A. A. Jardim**
Mariana Côrtes***

RESUMO

Apresentamos um balanço do debate acadêmico sobre governo das populações nas periferias. Nacionalmente, argumentamos com base nas apostas analíticas e políticas: a promessa de integração das populações marginais pela mediação dos direitos sociais dos 1980; o *desmanche* neoliberal e o fim da *hipótese superadora* dos 1990; nos 2000, a compreensão de que a governamentalidade neoliberal opera pela multiplicação de regimes de governos. Internacionalmente, exploramos três eixos teórico-conceituais: a teoria da marginalidade; o conceito de governamentalidade e as antropologias do Estado. Destacamos, nos avanços, a atenção à complexidade de configurações históricas e a superação de fronteiras disciplinares rígidas, o que permite recompor perspectivas menos particulares e a constituição de novas ferramentas de análise para pensar a experiência brasileira.
Palavras-chave: Estado; governamentalidade; margens.

* Sociólogo e professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ. É coordenador do Observatório Fluminense e pesquisador do Distúrbio/UERJ (Dispositivos, Tramas Urbanas, Ordens e Resistências)

** Socióloga, professora do Departamento de Filosofia e Ciências da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da FEUSP. Com Osvaldo López-Ruiz, divide a coordenação do Grupo de Pesquisadores sobre Governo, Ética e Subjetividade (GES) – USP e é pesquisadora do Coletivo de Pesquisadores sobre Educação e Relações de Poder (CoPERP).

*** Professora do Instituto de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFU. Coordena o grupo de pesquisa Travessias – Grupo de Pesquisas Urbanas e é pesquisadora do Núcleo de Etnografias Urbanas (NEU) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). É autora dos livros *O bandido que virou pregador* e *Diabo e Fluoxetina: Pentecostalismo e Psiquiatria na gestão da diferença*.

ABSTRACT

GOVERNMENT, ADMINISTRATION OF POPULATIONS AND SUBJECTIVITIES: ASSESSMENT AND ANALYTICAL PERSPECTIVES

We present a provisory state of art on the academic debate about the government of populations within *peripheries*. For Brazilian context, we take from political and analytical "bets": the promise of integrating marginal populations through social rights during 1980's; the neoliberal "dismantlement" and the end of an "overcoming hypothesis" during the 1990's; in the 2000's, the understanding of neoliberalism as operating through the pluralization of government regimes. Internationally, we explore three theoretical and conceptual axes: theories of marginality; the concept of governmentality; and anthropologies of the State. Among the advances of this fieldwork, we call attention to different historical constellations and overcoming of rigid disciplinary frontiers, which allow us to recompose less particular perspectives and to create new analytical tools to understand Brazilian experience.
Keywords: State; governmentality; margins.

Pobres, populações marginais, favelados, excluídos, periféricos, subalternos... Várias são as denominações já mobilizadas para circunscrever a condição de sujeitos cuja experiência de cidadania "desvia" tão fortemente de certa cultura política do ocidente moderno que define os contornos do exercício de direitos civis, políticos e sociais, deixando de fora um imenso conjunto de práticas e experiências que, não obstante, desenvolvem-se às margens do Estado – mesmo quando produzidas por sua presença ou quando tomam a prática estatal como referência.

O objetivo deste artigo é esboçar um balanço da produção acadêmica em torno de um problema clássico para a sociologia: trata-se de examinar como têm operado teórica e analiticamente os estudos que procuram pensar as configurações mais recentes da chamada questão social (CASTEL, 1998), isto é, dos problemas, teóricos e práticos, colocados pela existência de parcelas da população que não parecem se integrar às atividades e condutas esperadas de um cidadão, normativamente definido pelo Estado e pelo senso comum.

Desde os movimentos iniciais para a produção deste balanço da produção em torno do tema, nos foi possível localizar alguns momentos importantes para o avanço desse desafio teórico-metodológico (além de político)

de tornar compreensíveis as especificidades das experiências de trabalho, política e cidadania em países como o nosso, compreendendo também a dinâmica societária capaz de, ao mesmo tempo, estruturar desigualdades tão profundas e mantê-las relativamente estáveis ao longo do tempo. Tendo como foco a produção da sociologia nacional, o artigo segue os passos destes diferentes momentos, que ganham especificidade de acordo com os problemas que as ciências sociais intentavam enfrentar; em seguida, fazemos uma breve incursão sobre o debate internacional, preocupados menos em apresentar um panorama exaustivo do que em sugerir nexos que nos ligam a um contexto mais geral, do ponto de vista político e epistêmico; finalmente, encerramos estas reflexões apontando os avanços e desafios que, a nosso ver, apresentam-se a este campo de investigações.

Anos 1980 e a vertigem democrática

Esforços no sentido de compreender as relações sociais acima referidas podem ser localizados nos anos 1970 e 1980, em trabalhos desenvolvidos a partir de uma perspectiva marxista e também em investigações com forte caráter etnográfico[1]. Tratava-se, a um só tempo, de compreender as subjetividades forjadas no cotidiano de inseguranças e desigualdades e, ainda, reconhecer em quais condições foi possível que essa experiência desse corpo a novas personagens políticas (SADER, 1998; PAOLI; SADER; TELLES, 1983). Tratava-se, portanto, de contribuir para o processo de transição democrática após o fim de mais de duas décadas de ditadura civil militar, bem como para a superação de iniquidades sociais, apostando na constituição de novas relações políticas e sociais, menos violentas e mais democráticas.

Comentando texto de Chico de Oliveira, em 1982, Telles (2010) aponta que se produzia um tensionamento nos debates ocorridos à época, condensando num mesmo diagrama o Estado, o urbano e o trabalho. O autor lançava um questionamento, apontando que a ausência de teorização sobre as relações entre Estado e urbano no Brasil continha seu lado frágil, mas que, paradoxalmente, em termos analíticos era profícuo: a ausência de uma teoria robusta fazia com que as reflexões pudessem se dar nas condições concretas,

1 Ver, por exemplo, Zaluar (1982); Kowarick (1975; 1978); Perlman (1981[1977]); Durham (1973).

sem a importação acrítica de teorizações. Deste modo, Oliveira propunha *um programa de pesquisa sobre as relações entre Estado e sociedade civil e sobre o antagonismo entre os dois blocos para além da produção social da riqueza, ou seja, para além do antagonismo reduzido a como direcionar e utilizar o aparelho de Estado*. Mais do que teórica, naquele momento a preocupação do autor era política.

Do mesmo modo, a reflexão sobre os movimentos sociais partia de aposta semelhante e se articulava no interior de um diagrama cujas linhas de força se estruturavam em torno de experiências comuns de moradia e trabalho, que organizavam um campo de conflitos políticos com maior nitidez. Assim, a marca dos anos 1980, e parte dos 1990, no debate sobre periferias é o *boom* dos estudos sobre movimentos sociais, na Sociologia e em áreas afins (BRANT, 1980; SINGER, 1980; JACOBI, 1987; PAOLI, 1987).

Naquele momento, a categoria explicativa fundava-se na visão da democracia inscrita nos costumes de um povo, saindo do registro das instituições políticas como medida democrática e passando para o plano de uma "cultura política", associando democracia e sociabilidade (DAGNINO, 1994; 2002). Desse modo, não apenas a história dos movimentos sociais era reinterpretada e vista sob novos ângulos, como os conceitos seriam redefinidos, de acordo com o novo contexto político.

Tal mudança fazia-se necessária, uma vez que as categorias analíticas utilizadas anteriormente ressaltavam mais a incompletude da experiência política dos movimentos sociais do que o modo como esses sujeitos constituíam efetivamente suas experiências e práticas, numa sociedade marcada pela forte presença do Estado, que subsumia as manifestações do que entendemos como sociedade civil. A produção acadêmica estava inscrita, deste modo, num contexto em que as lutas pela redemocratização do país tinham papel destacado e a influenciavam: o país passava por uma transição, e a produção acadêmica refletia as apostas na dimensão civilizadora da publicização dos conflitos, reivindicada por estes novos agentes.

A própria percepção dos agentes se confundia com estas apostas: não mais figuravam esses sujeitos pela sua insuficiência, como na chave anterior, mas a partir de suas próprias experiências (PAOLI; SADER; TELLES, 1983). Aqui haveria uma primeira tentativa de figuração desses sujeitos, das periferias e dos trabalhadores, não como falta, mas como presença efetiva na vida do país, em duplo sentido: em primeiro lugar, fugindo aos dualismos

anteriores da teoria da marginalidade, que a Crítica da Razão Dualista já havia procurado enfrentar (OLIVEIRA, 2003); em segundo, a partir da história e do aparecimento público desses sujeitos (SADER, 1998).

No caso dos trabalhadores, apareciam estudos que buscavam compreender sua ação a partir de seu estatuto político e não na chave puramente econômica, que os definia como motores do conflito. Nessa interpretação, as greves operárias do início dos anos 1980, na região do chamado ABC Paulista[2], seriam compreendidas não somente como reação à intensa exploração permitida pelo regime autoritário, mas como o "resgate da dignidade" perdida no trabalho e nos sucessivos autoritarismos do chão de fábrica (ABRAMO, 1999). Se, em termos econômicos, a década de 1980 foi vista como uma "década perdida", do ponto de vista desses sujeitos, os anos 1980 coincidiram com a articulação das principais organizações sindicais e populares que estruturariam o campo de conflitos a partir de baixo nas décadas seguintes.

Essa aposta política tem seu ápice na Constituição de 1988. Denominada Constituição Cidadã, sua construção está na confluência da profusão de conflitos que envolveram esses sujeitos que entravam em cena e de uma inédita participação popular, que também vai ter seu ocaso no momento mesmo que a década de 1990 se inicia.

Avassalada pela grave crise econômica e social que teve lugar no país, atingida pelos processos de mundialização do capital, limitada pela reestruturação do trabalho e destituição dos direitos sociais, os anos 1990 coincidem com o universo posterior à promulgação da Carta Constitucional. Experimentaríamos, então, um "deslizamento semântico" (ARANTES, 2000) em que a gramática de direitos dos anos 1980 encontraria as transformações dos 1990 e o que aparecia com sinais invertidos se aproximaria discursivamente numa "confluência perversa" entre a desresponsabilização do Estado e o "protagonismo da sociedade civil" (DAGNINO, 2002).

Anos 1990 e o desmanche neoliberal

Como afirma Bhabha (2000), não devemos estar condenados a contar uma história apenas de um único ponto de vista: a alteração de contexto nos

2 Trata-se de um conjunto de cidades localizadas na Região Metropolitana de São Paulo, sendo composto pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e, ainda, Diadema.

obriga à reelaboração. Assim, a história dos movimentos sociais, contada no contexto dos anos 1980, a partir do fio condutor da ampliação da participação popular nos mecanismos de gestão das políticas públicas do Estado, da pedagogia e da inserção popular em canais políticos antes proibidos ao povo, talvez nos exija, a partir do contexto da década seguinte, elaborar outra forma de contá-la. Se as categorias que estruturavam o mundo se esvaziam de sentidos, significa não apenas que outro mundo se articula, mas que a história do mundo anterior, de suas apostas, também deve ser refeita.

Oliveira (1998) afirma que, no Brasil, os sucessivos esforços dos dominados em alcançarem patamares mínimos de cidadania e democracia equivaleriam ao trabalho de Sísifo, pois seriam objeto de reação e destruição pelos dominantes. Nesse sentido, a experiência democrática seria uma exceção na história da República brasileira, pois os dominantes buscariam constantemente repor os códigos violentos de sociabilidade privada contra os esforços dos dominados em publicizar o conflito (OLIVEIRA, 2003). A imagem mitológica de Sísifo descreveria, então, os esforços dos "de baixo", condenados ao eterno recomeço quando se trata de colocar o conflito político em outro patamar (FERNANDES, 2006).

Esse "ódio à democracia" (RANCIÈRE, 2015) dos dominantes encontra, porém, a recalcitrante resistência dos dominados. Como vimos na seção anterior, o período que vai de 1964 até 1990 pode ser considerado como uma época de forte inventividade política. A ditadura militar eleva a média da expansão capitalista dos cinquenta anos anteriores, mas não torna possível a hegemonia: o crescimento deslocou as forças que operavam nos marcos de um desenvolvimento capitalista dirigido por forças internas, a burguesia nacional, subsidiada pelas forças subordinadas, sobretudo o proletariado urbano que se ocupava na indústria. Celso Furtado caracterizaria este tempo como um período de internalização das decisões, não apenas pelo crescimento econômico na forma de dominação burguesa, mas porque a tutela sobre o proletariado industrial estruturava a produção de um consenso violento, que afirmava o espaço nacional como centro dos conflitos e das decisões.

Enquanto alguns estão convencidos de que, no caso brasileiro, a formalidade foi posta em xeque na virada dos anos 1990, com as políticas de desregulamentação do trabalho e o encolhimento das políticas universalizantes do estado, outros sustentam que o fenômeno é anterior e remonta ao momento de crise do estado providência durante os anos 1970. Para Machado

da Silva (2006), todas as variáveis do capitalismo contemporâneo continuavam a operar, o que torna pouco explicativo inserir as transformações da década de 1990 a partir de uma leitura de caos ou desintegração. As relações sociais eram cada vez mais tópicas e imprevisíveis e, na medida em que aprofundavam a heterogeneidade da experiência social, dificultavam a formação de uma ação coletiva que tivesse afinidades entre os sujeitos, tornando o conflito social disperso e descentrado. A isso, ele definiu como uma profunda "fragmentação social".

Em sentido parecido, ao retomar as provocações de Oliveira (1982), Telles (2010) aponta que o problema urbano não podia mais ser compreendido nos marcos analíticos anteriores. Até aquele momento, a cidade como questão era definida a partir de um conjunto de temas e problemas que se cruzavam e circulavam entre espaços acadêmicos e de debate político articulados em torno de noções comuns e pares conceituais, como produção e consumo, trabalho e reprodução social, exploração e espoliação urbana, classes e conflito social, Estado e contradições urbanas. Para Telles, tais polaridades se alteraram de modo a tornar inteligível o debate, do ponto de vista analítico e político.

Dessa forma, a questão do estado e a produção de suas margens (DAS; POOLE, 2004) se colocaria sob novo viés. Não se tratava mais de tomá-la a partir da ação coletiva de sujeitos que se organizaram no período da transição da ditadura civil militar para o período de consolidação democrática, pois as instituições políticas entravam em funcionamento pleno, ainda que não coincidissem com conquistas políticas e sociais capazes de incorporar parte substantiva da população.

Anos 2000: o desafio ao pensamento (e à ação)

O debate sobre a questão das periferias nas ciências sociais brasileiras conhece, portanto, um ponto de inflexão a partir de meados dos anos 2000. Como vimos, o contexto da transição democrática havia sido marcado por importantes movimentos sociais de luta por ampliação dos direitos e por melhoria das condições urbanas. Contudo, a crença de que as promessas não realizadas da modernidade se fariam valer na sociedade brasileira e de que a maioria da população alcançaria o universo de uma cidadania ampliada não se realizou: a hipótese da superação se esvaziou na década seguinte (TEL-

LES, 2010), com importantes efeitos sobre a vida dos sujeitos nas periferias das grandes cidades brasileiras.

Se as análises da década de 1990 se concentravam no caráter destruidor do neoliberalismo e na percepção generalizada e contundente de "terra arrasada" que ele havia produzido, em meados dos anos 2000, começa a se delinear a suspeita de que um novo regime de governo das populações às margens estava se insinuando e de que a inventividade desses novos poderes não seria devidamente traduzida por meio de uma análise orientada em nomear o que se desmanchava.

Na apresentação ao livro *A era da indeterminação*, publicado em 2007, Cibele Rizek e Maria Célia Paoli começam a traçar uma mudança de perspectiva:

> A questão, portanto, inverteu-se: em vez de inquirirmos o que a palavra "desmanche" exprime diretamente, acabamos por perguntar: qual mundo se define através de sua operação, o que se constitui para além de suas ruínas? (RIZEK; PAOLI, 2007, p. 9).

Na busca por novas categorias heurísticas capazes de dar conta das novas modalidades de governo dos indivíduos nas periferias, a gramática dos direitos que havia orientado grande parte da produção das ciências sociais brasileira durante os anos 1970/1980 não parecia mais adequada, pois o horizonte de igualdade não se encontrava mais na pauta. É na esteira dessa perplexidade que Vera Telles (2010) se interroga se fazia sentido continuar falando em direitos, cidadania, espaço público e democracia, ou se seria necessário enfrentar o desafio de compreender uma nova racionalidade governamental, cuja lógica não operava mais com a construção de uma ordem mais justa, mas com a gestão das consequências da nova desordem.

Nesse contexto de deslocamento dramático da questão social, uma série de novos estudos sobre as periferias das cidades brasileiras começa a ser produzida a partir dos anos 2000, de cunho fortemente etnográfico, buscando investigar as complexas redes de relações que se delineiam entre o que passou a ser cada vez mais compreendido, a partir da inspiração do trabalho de Veena Das e Deborah Poole (2004), como a relação entre o Estado e suas margens. Com o colapso da concepção universal de cidadania, começamos a assistir no Brasil à maior visibilidade de uma forma de atuação do Estado que o faz funcionar como agência de produção perpétua de regimes de governo.

Quando a promessa da integração dos cidadãos em um projeto de cidadania ampliada se desmancha e as estratégias governamentais do Estado passam a se basear em uma "variação situacional de um repertório de regimes de governo" que produzem "recortes populacionais tão mais precisos quanto possível" (FELTRAN, 2014, p. 497), o campo para a criação de novas formas de governo se abre e outras agências passam a assumir as tarefas de condução das condutas dos habitantes das periferias, como o "mundo do crime" e as igrejas evangélicas. Assim, o desmantelamento do universalismo levou à criação de uma espécie de multiplicação governamental nas periferias cuja gestão passa a ser partilhada por distintos regimes normativos.

Em artigo recente, Feltran (2014) busca condensar em uma análise macrossociológica as pistas apontadas por vários estudos empíricos sobre as periferias, que, por meio de suas investigações etnográficas, estão apresentando ao debate acadêmico as múltiplas, complexas e difíceis redes de relações que se formam na relação entre o Estado e suas margens; e, além disso, explicitam as formas como as margens criam seus próprios modos de agenciamento das dores, sofrimentos e dramas dos moradores das periferias.

Nos trabalhos empíricos, a relação entre o Estado e suas margens deixa de ser vista a partir da dicotomia moderno/arcaico que dominou grande parte das ciências sociais brasileiras (e também da América Latina), que via no projeto desenvolvimentista a possibilidade de superar o renitente atraso presente nas "margens" a partir da fabricação de um futuro civilizado orquestrado por um Estado-demiurgo[3]. Nessa nova perspectiva, pode-se pensar,como diz Luiz A. Machado da Silva, em uma "coprodução entre estado e 'margem", na qual "a normatividade institucionalizada (a lei) seria apenas um marcador, não uma barreira, de modo que os 'ilegalismos'" não são desvios, mas parte integrante da lei que, para existir, depende deles" (MACHADO DA SILVA, 2015a, p. 11).

A intervenção do Estado (seja por meio de administrações federais, estaduais e/ou municipais) nas populações que habitam as margens não é, contudo, a única démarche governamental que hoje atua na modulação da conduta dos moradores dos bairros periféricos. Como argumenta Feltran (2014), dois outros regimes normativos atuam hoje nas periferias: a religião e o crime.

3 Ver, por exemplo, Rui (2014); Birman, Leite, Machado, Sá Carneiro (2015); Fernandes (2013).

A expansão das igrejas evangélicas, principalmente as denominações pentecostais e neopentecostais, nas periferias, chamou particularmente a atenção das ciências sociais brasileiras na década de 1990. Em 1996, Prandi argumentava que o fortalecimento de movimentos religiosos como o neopentecostalismo, que se voltavam para a remagificação do religioso, a democratização do êxtase e a exacerbação do emocional, seriam sinais contundentes do atraso brasileiro, próprio de um país que não levou o processo de secularização às suas últimas consequências. Contudo, a partir dos anos 2000, foi ficando cada vez mais claro que, longe de ser sintoma do nosso persistente atraso, o pentecostalismo criou uma modalidade específica – e extremamente racional – de governamentalidade dos indivíduos habitantes das periferias, que impressiona por sua capacidade inventiva de formular modos de condução da conduta capazes de responder ao sofrimento dos que estão na permanente "corda bamba" de "sobreviver na adversidade" (HIRATA, 2010) das bordas. Nesses termos, o pentecostalismo pode ser pensado hoje como um novo "regime normativo" (FELTRAN, 2014) de mediação dos conflitos entre os moradores da periferia, ou, nos termos de Carly Machado (2014), como um "dispositivo" para "lidar com o sofrimento em contextos de pobreza e desigualdade" (p. 161)[4].

Em uma articulação tensa com a atuação do Estado e a presença das igrejas pentecostais, encontra-se a intervenção do "mundo do crime" no cotidiano dos moradores das periferias. Se a exacerbação da criminalidade violenta torna-se objeto de interesse das ciências sociais brasileiras desde a década de 1980 (ZALUAR, 1985), a partir dos anos 2000, os estudos empíricos se voltam para fenômenos novos: o Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo e a intervenção das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) nas favelas do Rio de Janeiro. Em São Paulo, a radicalização da política de encarceramento em massa dos anos 1990 estimulou a criação do PCC dentro das próprias cadeias (BIONDI, 2010; DIAS, 2011), como uma nova modalidade de governamentalidade dos indivíduos diretamente envolvidos nas atividades criminosas. Ao propor formas de mediação dos conflitos interpessoais por meio dos "debates" que avaliavam a conjuntura específica de cada ofensa ao código ético coletivamente compartilhado do "mundo do crime",

4 Vários estudos apontam para o modo de operação das igrejas evangélicas nas periferias, enfocando, entre outras coisas, sua relação tensa com o "mundo do crime" (ALMEIDA, 2004; 2009; MAFRA, 2011; MACHADO, 2014; TEIXEIRA, 2015; VITAL, 2015; CÔRTES, 2007; 2017).

o PCC produziu uma espécie de justiça emergente capaz de romper com o ciclo interminável de vinganças privadas que levaram inúmeros jovens das periferias à morte durante a década de 1990 (Feltran, 2010). O surgimento do PCC na configuração societária das periferias de São Paulo trouxe como novidade a percepção pelas ciências sociais brasileiras de que não era possível mais pensar a ascensão do mundo do crime como subproduto da ausência do Estado. Ao contrário, mais uma vez, é nos pontos de fricção entre o Estado e suas margens que se produz um novo modo de governo dos indivíduos, que surpreende por sua capacidade de inventar uma mediação simbólica minimamente possível em um mundo onde a violência física é sempre o contraponto da impotência da palavra. Em contrapartida, no Rio de Janeiro, onde não surgiu nenhum tipo de modalidade análoga de codificação moral do crime no âmbito das facções criminais nas favelas e periferias, os trabalhos acadêmicos se voltaram para a análise do processo de forte militarização urbana na cidade e a implementação do programa das UPPs nas comunidades (Machado DA SILVA, 2015b); Leite, 2015; Miagusko, 2016). Para Leite (2015), é possível observar hoje no Rio de Janeiro "a produção de diferentes regimes territoriais" para gerir as "comunidades violentas": a lógica da guerra e a lógica do mercado. Enquanto a maioria das favelas continua submetida à "metáfora da guerra", nas favelas pacificadas, agencia-se uma nova modalidade de administração: a expectativa de que o território "pacificado" poderá ser capturado pelo mercado ao se transformar em um espaço de negócios por meio do fomento do empreendedorismo de seus moradores por agências estatais e empresas privadas, interessadas no mais novo nicho de mercado urbano, a favela-mercadoria. A guerra e o mercado não são estratégias entrevistas apenas para o contexto específico do Rio de Janeiro. Para São Paulo e várias das grandes e médias cidades brasileiras, a guerra e o mercado, a "militarização" e "monetarização", para usar os termos de Feltran, são as duas tendências que se combinam em uma estratégia única: "Crédito popular aos funcionais, repressão aos "desviantes": há simultaneamente negócios a expandir e uma zona de guerra, uma divisa social a monetarizar e uma fronteira urbana a defender" (FELTRAN, 2015, p. 4).

Nas margens do Estado: percursos do debate internacional

Procuramos agora esboçar três possíveis cursos no debate internacional que desaguam na configuração mais recente deste campo de estudos, que entre nós parece ter articulado uma tradição de questões e problemas da sociologia latino-americana a questões e métodos da antropologia política – mais especificamente, uma antropologia do Estado. Assim, importa explicitar que nosso objetivo não é realizar um exaustivo estado da arte de tal discussão internacionalmente, e sim puxar alguns de seus fios que mais claramente são mobilizados na constituição da trama analítica que busca pensar a sociedade brasileira.

Um primeiro curso se desenha a partir da trajetória da noção de *marginalidade* no pensamento social latino-americano, de início fortemente marcada por uma perspectiva marxiana. À primeira impressão, pode parecer estranho remeter uma das trajetórias possíveis para a formação deste campo de estudos ao pensamento latino-americano do pós II Guerra Mundial (NUN, 1978; DELFINO, 2012). No entanto, as contribuições teóricas dos estudos sobre a marginalidade, no quadro das teorias de modernização e de dependência, representaram uma contribuição original para a interpretação das resilientes desigualdades nos países então qualificados como subdesenvolvidos. No mesmo sentido, representaram um esforço de compreensão de uma nova face da questão social no continente: mais do que a pobreza, a concentração de pessoas, muitas vezes constituindo habitação por meio de invasões e configurando um problema político importante na medida em que suas ações evidenciavam uma demanda de participação na riqueza e nas promessas da modernidade (QUIJANO, 1978, p. 18).

Na leitura daqueles que se preocupavam com a situação do continente latino-americano, principalmente com a pobreza que se acumulava no entorno das cidades desde os anos 1930 e, mais acentuadamente, nos anos do pós II Guerra Mundial, a noção de marginalidade vinha nomear aspectos da sociabilidade, condições de moradia e vínculos com o mercado de trabalho que caracterizavam a vida cotidiana das populações pobres, de modo a sublinhar o desencontro entre as disposições subjetivas necessárias à vida urbana e ao trabalho industrial e a cultura destas populações. Neste primeiro momento, nos anos 1950, os estudos se voltavam mais para aspectos socioculturais, o que de algum modo significava menos uma ruptura com

o diagnóstico das teorias de modernização sobre o peso do setor atrasado como fator de estagnação econômica do que seu deslocamento: o "atraso" passava da estrutura produtiva para a economia das disposições subjetivas, obstáculo a ser superado por meio de investimentos em educação e esforços de modernização das estruturas sociais[5].

Nos anos 60 e 70, com os sucessivos golpes de Estado e ditaduras militares que se instalaram na região, coordenando um novo ciclo de crescimento econômico articulado ao aprofundamento das desigualdades e da pobreza urbana, emerge um novo olhar para a questão. A marginalidade, agora adjetivada de "social", será pensada a partir de uma perspectiva histórico-estrutural: deslocava-se o problema para o nível mais geral das relações entre países desiguais e seus efeitos sobre as possibilidades de integração de grandes contingentes populacionais nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, não somente no espaço urbano, mas inclusive em áreas rurais, também afetadas pelos processos de transformação (QUIJANO, 1978, p. 22-23).

A partir da ampliação da visibilidade da pobreza nas cidades, buscam-se explicações e saídas políticas para essa nova formulação da questão social. As explicações, ao abstraírem das manifestações particulares em cada contexto nacional, vão progressivamente demonstrando que não existia incompatibilidade entre os setores "atrasados" e modernos; antes, formas de acumulação capitalista, de relações sociais e de estruturas subjetivas de uns e outros se combinavam, por vezes recriando formas arcaicas para gerar excedentes e lucros para setores modernos (MARTINS, 1994; OLIVEIRA, 2003), de modo que o subdesenvolvimento não era sintoma de fracasso dos países periféricos, mas efeito necessário da divisão do trabalho internacional.

Já o segundo curso pode ser traçado com referência ao "efeito Foucault", isto é, aos desdobramentos da circulação da noção de governamentalidade, forjada por Michel Foucault em seus cursos no Collège de France, especialmente naqueles dados no final da década de 1970 (FOUCAULT, 2008a; 2008b). Trata-se de ferramenta analítica, desenvolvida no trabalho empreendido por Foucault para se desembaraçar das aporias às quais sua noção de poder havia lhe levado. Havia nesse esforço uma dimensão estratégica, que se ligava à delimitação da vida como um novo domínio para o exercício do poder, como aparece ao final do primeiro volume de sua História da Sexuali-

5 Ver, a este respeito, a crítica de Oliven (2010, p. 44).

dade, *A vontade de saber* (FOUCAULT, 1999b), e na última aula do curso de 1976, *Em defesa da sociedade* (FOUCAULT, 1999a). É no intuito de constituir uma genealogia do dispositivo biopolítico, portanto, que Foucault enfrentará o desafio metodológico de testar a grade de análise que ele desenvolvera para pensar a microfísica para analisar o Estado. Desse modo, alterava-se de partida a maneira pela qual o Estado seria pensado – não como instituição, não como instância de dominação, mas como configuração contingente da articulação de diferentes regimes de governo presentes num dado momento histórico. Na formulação provocativa de Foucault, o Estado não seria mais do que "um efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas" (FOUCAULT, 2008b, p. 79).

Apesar dos cursos de 1978 e 1979 terem aparecido de forma completa apenas em 2004, a aula sobre governamentalidade foi editada logo nos anos subsequentes ao menos em inglês, italiano e português (GORDON; JARDIM, 2013). No mundo anglófono, as pistas apontadas nessa aula foram ainda exploradas na publicação editada por Graham Burchell, Colin Gordon e Peter Miller, que reapresentava a aula de 1978 em conjunto com diversos trabalhos produzidos por pesquisadores que se associaram a Foucault, em especial nos seminários que desenvolvia no Collège de France concomitantes a seus cursos até os anos 1980. Desse modo, além de apresentar as ideias de Michel Foucault, o livro registrava quão profícuos podiam ser os caminhos abertos, que permitiam o reexame da história do Estado Social, dos mecanismos de seguridade e da gestão dos pobres. Em outras palavras, a noção de governamentalidade permitia revisitar a história a partir do presente, no intuito de reformular os termos dos impasses teóricos e políticos que se desenhavam a partir do final dos anos 1970, com a eleição de governos neoliberais na Inglaterra e França.

Em outros contextos, e aqui tomaremos como exemplo um pesquisador indiano, as contribuições foucaultianas seriam apropriadas em sentido um pouco diverso e, inclusive, comportando uma dimensão crítica. No caso de Partha Chaterjee, não somente a ideia de governo, mas também a de crítica-[6]foram mobilizadas no intuito de desembaraçar o pensamento de categorias políticas modernas que, ao serem "importadas" dos países onde haviam sido

6 É interessante registrar que ambas – governo e crítica – conectam-se nas reflexões de Foucault (2000; 2006).

desenvolvidas, produziam efeitos de desqualificação e paralisia. Quando reivindica uma modernidade particularizada, a "nossa modernidade", referindo-se à experiência indiana, propõe que abraçar a modernidade em sua dimensão iluminista significa menos a adesão irrestrita a valores e práticas da cultura política ocidental do que a assunção do compromisso com certo desejo de liberação, capaz de constituir uma nova subjetividade (CHATERJEE, 2004).

Ainda mais interessante para os fins deste balanço é o deslocamento que Chaterjee proporá em relação a uma série de narrativas políticas, com pretensão de universalidade e, no entanto, ancoradas nas trajetórias históricas de países que integram a Europa (ela mesma uma comunidade imaginada) e dos Estados Unidos da América. Quando incorporadas aos projetos de modernização locais, tais narrativas produzem margens muito largas, propiciando a imensos contingentes da população uma experiência política que se define menos por seu pertencimento enquanto membros de uma comunidade do que pela condição de serem "governados". "Governado" seria a situação da maior parte da população global, experienciada por todos aqueles que "não participaram de maneira direta na história da evolução institucional da democracia capitalista moderna" (CHATERJEE, 2008, p. 57). A evolução a que ele se refere é aquela que constituiu uma série de pertencimentos abertos à filiação mediante uma subjetivação: nação – cidadão – revolucionário – burocrata – trabalhador – intelectual. Já a governamentalidade produziria outros sujeitos, menos livres para aderir ou não às práticas que os circunscrevem; as figuras dos governados são adscrições fechadas, menos fáceis de definir porque inumeráveis são os cortes possíveis no conjunto da população: étnicas – raciais – gênero – orientação sexual – deficiências - doenças. E assim como Foucault anotara, entre as aulas dos dias 21 de fevereiro e 7 de março de 1979, que a "política não é nada mais, nada menos que o que nasce com a resistência à governamentalidade, a primeira sublevação, o primeiro enfrentamento" (FOUCAULT, 2008b, p. 535), Charterjee afirmará que a "democracia hoje, insisto, não é o governo do, pelo e para o povo. Ao invés disso, ela deve ser vista como a política dos governados" (2004, p. 4).

Nesse sentido, Chaterjee leva adiante as implicações do pensamento foucaultiano, propondo um descentramento da Europa para abrir caminho para o alargamento das categorias do pensamento político, desfazendo-se de aná-

lises que tomam o histórico como normativo – muitas vezes a partir de uma história saturada de esquecimentos[7].

O terceiro curso de estudos ao qual nos referimos é aquele que estrutura o campo mais recente de uma antropologia do Estado. Embora estes estudos estejam conectados a algumas das linhagens de problemas já referidos, tratamos deles com destaque não apenas porque se inscrevem num outro tempo – enquanto os cursos anteriores se localizam em torno dos anos 1970 e 1980, tais estudos se estabelecem a partir dos anos 1990 e, especialmente, nos primeiros anos do século XXI – mas também porque têm na etnografia sua estratégia privilegiada (DAS; POOLE, 2004; WACQUANT, 2012; HILGERS, 2010; FASSIN et al., 2013). Diferenciam-se, desse modo, do ponto de vista teórico e metodológico das duas perspectivas já abordadas.

Os trabalhos de Löic Wacquant, inspirados em sua apropriação da noção de campo burocrático desenvolvida por Pierre Bourdieu, são aqueles que mais se preocupam em pensar as mudanças envolvidas na passagem do Estado Providência a um Estado que progressivamente se desembaraça das demandas da questão social, produzindo (ao invés de enfrentar) um novo regime de "marginalidade avançada" (WACQUANT, 2001). Ou seja, trata-se de um olhar centrado sobre as experiências de países "centrais", ainda que suas contribuições ultrapassem tais fronteiras ao deslindar práticas e deslocamentos valorativos que alteram radicalmente as formas de tratamento (e produção) da precariedade de parcelas da população. Poderíamos falar aqui em uma vertente que constitui uma "antropologia do neoliberalismo".

Já os trabalhos de Fassin (2011) e Fassin et al. (2013) poderiam ser pensados como o esforço de constituir uma outra teoria do Estado, não a partir de seus aspectos abstratos, mas, ao contrário, de sua dimensão concreta e operativa, tal como posto em funcionamento no cotidiano. Aqui, a contribuição está na quebra do caráter monolítico e homogêneo do Estado, quando pensado como instituição: evidenciam-se as racionalidades contraditórias presentes no Estado e seus efeitos para as parcelas de cidadãos cujas dimensões da vida se encontram nas intersecções de distintas práticas setoriais, obrigando os indivíduos a transitarem entre lógicas diversas, nas quais seu *status* nunca é plenamente estável. Sugerimos que tais estudos constituem a

7 Vale também referir às críticas à noção de *biopolítica*, a partir da ideia de *tanatopolítica* (DAS; POOLE, 2004; Preciado, 2008) ou necropolítica (MBEMBE, 2016).

vertente de uma "antropologia da moral do Estado" que também se propõe a partir do contexto europeu – em especial do contexto francês.

Finalmente, os trabalhos reunidos por Das e Poole (2004) se inscrevem em um outro lugar de enunciação e procuram recusar a perspectiva de que as mudanças introduzidas no Estado a partir dos anos 1970 (e não apenas pelas reformas neoliberais) teriam resultado no "enfraquecimento" ou na "retirada" do Estado de determinados espaços. Buscam, assim, sugerir que o poder do Estado sempre se exerce a partir da distribuição diferencial de sua presença e ausência/força e fraqueza, e nunca por meio de uma soberania onipresente. Sua legitimidade estaria sempre em jogo em suas práticas, e uma das contribuições centrais dessa "antropologia nas margens do Estado" consiste, assim, em conferir visibilidade às lógicas e valores que permitem que esse jogo seja decidido em uma ou outra direção.

Temos assim, do ponto de vista internacional, um conjunto de percursos possíveis quando se trata de compreender a "questão social", constituindo uma espécie de caleidoscópio que permite ver um largo espectro de práticas de entendimento e tratamento de populações marginais, desfiliadas ou desclassificadas ou, ainda, pensadas como aquém da política e da cidadania. Em comum, as pesquisas aqui referidas buscaram escapar dos limites de certa cultura política ocidental, seja porque ela se tornara uma armadilha para o desejo de emancipação (no caso de países centrais), seja porque ela sempre constituíra uma armadilha na medida em que só permitia pensar a si mesmo como ocupante de um lugar de subordinação, falha ou incompletude com relação à modernidade como norma. Suas contribuições também recobrem o campo epistemológico e de metodologias no campo da história, da sociologia e da ciência política.

Considerações finais

O debate acadêmico hoje a respeito do governo dos indivíduos que vivem nas periferias é extremamente profícuo e difícil de sintetizar em um texto que pretende fazer um balanço da produção teórica sobre o tema. Os três eixos apontados acima – a teoria da marginalidade; o conceito de governamentalidade; a proposta de uma antropologia do Estado – apontam os percursos pelos quais a condição de margem vem sendo pensada, seja da perspectiva dos países que ocupam posições subalternas diante da história autocentrada

da modernidade; seja das populações que habitam as margens das grandes e médias cidades, tanto dos chamados países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento quanto dos próprios países centrais, que estão sendo obrigados cada vez mais a conviver cotidianamente com "o perigo à espreita" das margens de suas próprias urbes. O processo de imposição do neoliberalismo no capitalismo central – que recoloca a questão social em outros termos, uma vez que não se propõe mais a resolvê-la, mas a geri-la indefinidamente, segundo um regime permanente da urgência –, se cruza, por um caminho insuspeitado, com a crítica ao eurocentrismo empreendida pelas teorias pós-coloniais, uma vez que a denúncia do engodo da noção universalista, democrática e abstrata de progresso coincide com a constatação cínica a que o Ocidente chega quando ele próprio abandona qualquer ardor civilizacional ou pretensão emancipatória do seu projeto, ao impor, sem culpa nem pejo, a experiência neodarwinista de um "salve-se quem puder" neoliberal.

No Brasil, como vimos, o deslocamento da questão social, dialoga, segundo seu contexto próprio, com a conjuntura internacional. Nos anos 80, tem-se a promessa de construção democrática de mediação pública dos conflitos sociais por meio do diagrama dos direitos. Nos anos 90, afirma-se a noção de "desmanche" neoliberal e constata-se a indeterminação das categorias analíticas. E a partir dos anos 2000, insinua-se a perspectiva de que a "governamentalidade" neoliberal não opera simplesmente pelo enxugamento do Estado social ou pelo vazio deixado pelo "desmanche", mas, ao contrário, funciona por meio de uma multiplicação de regimes de governos, que combinam, de forma tensa, as intervenções governamentais (que recortam, de forma seletiva, as populações vulneráveis) com as agências que surgem, de forma criativa, nas e de dentro das margens: o dispositivo do "mundo do crime", o dispositivo do "pentecostalismo", dentre outros. Na produção acadêmica sobre as periferias nas ciências sociais brasileiras, observa-se hoje a interlocução de perspectivas teóricas e abordagens empíricas que raramente se viam combinadas. Afinal, tornou-se impossível investigar o "mundo do crime" sem considerar o proselitismo aguerrido das igrejas pentecostais, do mesmo modo que não se pode falar dos movimentos de luta por moradia urbana sem considerar as mudanças no mundo do trabalho, ou ainda, pensar nos espaços-experiência como a "cracolândia" sem decifrar a complexa teia que se arma entre intervenções governamentais, criminalidade violenta, comunidades terapêuticas, pregação evangélica, mercado informal.

Assim, o debate sobre as periferias traz uma importante contribuição para a sociologia brasileira ao implodir as fronteiras disciplinares que circunscrevem certos temas e propor um diálogo aberto, criativo, inusitado entre questões que hoje se articulam de forma tensa: políticas públicas setorizadas, mercado de trabalho, religião, saúde, segurança pública, violência, crime, drogas, movimentos de luta pela moradia urbana, entre outros. Ao focar as relações, redes, tramas, conflitos, tensões entre essas distintas dimensões da vida urbana, a produção heurística sobre as periferias evita assim substancializações artificiais e análises autorreferentes, propondo uma reflexão ascendente que parte das margens para compreender o Estado, do micro para decifrar o macro, das bordas para investigar o centro.

Contudo, a mesma razão que possibilita a inovação do debate também leva à sua fraqueza. A tentativa de articulação entre temas tão variados pode conduzir a uma fragmentação da discussão, o que torna por vezes difícil conectar as investigações empíricas, de cunho etnográfico, com análises teóricas macrossociológicas. Costurar empiria e teoria, micro e macro, borda e centro, torna-se então o desafio central hoje enfrentado pela pesquisa sobre as periferias nas ciências sociais brasileiras contemporâneas.

Referências

ABRAMO, Laís. (1999), *O resgate da dignidade:* greve metalúrgica e subjetividade operária. 1. ed. Campinas: Ed. UNICAMP.

ALMEIDA, Ronaldo de. (2004), *Religião na Metrópole Paulista*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 56, pp. 15-27.

ALMEIDA, Ronaldo de. (2009), *A igreja Universal e seus demônios*. 1. ed. São Paulo: Terceiro Nome.

ARANTES, Paulo E. (2000). "Esquerda e direita no espelho das ONGs". *Cadernos Abong*, n. 27, pp.3-27.

BHABHA, Homi K. (2000), *O local da cultura.*1. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

BIONDI, Karina. (2010), *Junto e misturado: Uma etnografia do PCC*. 1. ed. São Paulo: Terceiro Nome.

BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia P.; MACHADO, Carly; SÁ CARNEIRO, Sandra de. (eds.). (2015), *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. São Paulo: FGV.

BRANT, Vinícius C. (1980), "Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo". In: BRANT, Vinícius C.; SINGER, Paul. *São Paulo*: *o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP. pp.9-28.

CARDOSO, Fernando H. (1971), "Comentários sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade". In: CARDOSO, Fernando Henrique et al. *Sobre teoria e método em sociologia*. São Paulo: Edições Cebrap. pp. 99-130.

CASTEL, Robert. (1998), *As metamorfoses da questão social:* uma crônica do salário. 1. ed. Petrópolis: Vozes.

CHATERJEE, Partha. (2004), *Colonialismo, modernidade e política.* 1. ed. Salvador: EDUFBA/CEAO.

CHATERJEE, Partha. (2008), *La nación en tiempo heterogéneo y otros estudios subalternos.* 1. ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.

CÔRTES, Mariana. (2007), *O bandido que virou pregador*. 1. ed. São Paulo: Hucitec.

CÔRTES, Mariana. (2017), *Diabo e fluoxetina: pentecostalismo e psiquiatria na gestão da diferença*. 1. ed. Curitiba: Appris.

DAGNINO, Evelina (org.). (2002), *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra.

DAGNINO, Evelina. (1994), "Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania". In: DAGNINO, Evelina (org.). *Anos 90: Sociedade e política no Brasil.* São Paulo: Brasiliense. pp. 103-115.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. (2004), *Anthropology in the margins of the State*. 1. ed. Santa Fé, Oxford: School of American Research Press/ James Currey.

DELFINO, Andrea. (2012), "La noción de marginalidade em la teoría social latinoamericana: surgimiento y actualidad". *Universitas Humanística*, n. 74, pp. 18-34.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. (2011), "Estado e PCC tecendo as tramas do poder arbitrário nas prisões". Tempo Social (USP. Impresso), v. 23, pp. 213-233.

DURHAM, Eunice. (1973), *A caminho da cidade:* a vida rural e a migração para São Paulo. 1. ed. SãoPaulo: Editora Perspectiva.

FASSIN, Didier et al. (2013), *Juger, Réprimer, Accompagner:* essai sur la morale de l'État. 1. ed. Paris: Éditions du Seuil.

FASSIN, Didier. (2011), *La force de l'ordre:* une anthropologie de la police des quartiers. 1. ed. Paris: Editions du Seuil.

FELTRAN, Gabriel. (2010). "Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão *do homicí*dio nas periferias de São Paulo". *Caderno CRH* (UFBA. Impresso), v. 23, n. 58, pp. 59-73.

FELTRAN, Gabriel. (2014), "Valor dos pobres: A aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo". *Caderno CRH* (UFBA. Impresso), v. 27, n. 72, pp. 495-512.

FELTRAN, Gabriel. (2015), "Conflito urbano e gramáticas de mediação". *Revista Margem Esquerda*: Cidades em conflito; Conflitos nas cidades, pp. 13-16.

FERNANDES, Adriana. (2013), *Escuta ocupação: Arte do contornamento, viração e precariedade*, Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

FERNANDES, Florestan. (2006), *A revolução burguesa no Brasil:* ensaio de interpretação sociológica. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Globo.

FOUCAULT, Michel. (1999a), *Em defesa da sociedade* (Curso no Collège de France, 1975-1976). 1. ed. São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, Michel. (1999b), *História da Sexualidade, vol. 1*. A vontade de saber. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal.

FOUCAULT, Michel. (2000) "O que é a crítica? (Crítica e *Aufklärung*). *Cadernos da F.F.C.*, v. 9, n. 1, pp. 169-189.

FOUCAULT, Michel. (2006). "'*Omnes et Singulatim':* uma crítica da razão política". In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos IV.* Estratégia, Poder, Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária. pp.355-385.

FOUCAULT, Michel. (2008a), *Segurança, Territó*rio, População (Curso no Collège de France, 1977-1978). 1. ed. São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, Michel. (2008b), *Nascimento da biopolítica*. (Curso no Collège de France, 1978-1979). 1. ed. São Paulo: Martins Fontes.

GORDON, Colin; JARDIM, Fabiana A. A. (2013), "Breve genealogia dos estudos da governamentalidade: o efeito Foucault e seus desdobramentos. Uma entrevista com Colin Gordon". *Educação e Pesquisa*, v. 39, n. 4, pp. 1067-1087.

HILGERS, Mathieu. (2010), Three anthropological approaches to neoliberalism. *International Social Science Journal*, v. 61, issue 202, pp. 351-363.

HIRATA, Daniel. (2010), *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: Universidade de São Paulo.

JACOBI, Pedro. (1987), "Movimentos sociais urbanos no Brasil: reflexão sobre a literatura dos anos 70 e 80". *Revista BIB*, n. 23, pp. 18-34.

KOWARICK, Lucio (org.). (1978), *Cidade: usos e abusos*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense.

KOWARICK, Lúcio. (1975), *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LEITE, Márcia. (2015), De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas em contextos de "pacificação". In: BIRMAN, Patrícia.; LEITE, Márcia P.; MACHADO, Carly.; SÁ CARNEIRO, Sandra. (org.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: Ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV. pp. 377-401.

MACHADO DA SILVA, Luiz A. (2006), "Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho)". *Caderno CRH,* v. 15, n. 37, pp. 81-109.

MACHADO DA SILVA, Luiz A. (2015a), Apresentação. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia; MACHADO, Carly.;SÁ CARNEIRO, Sandra. (eds.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: Ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV. pp. 7-13.

MACHADO DA SILVA, Luiz A. (2015b)."A experiência da UPPs: Uma tomada de posição". *Dilemas:* Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 8, n. 1, pp. 7 -24.

MACHADO, Carly Barbosa. (2014), Pentecostalismo e o sofrimento do (ex-) bandido: Testemunhos, mediações, modos de subjetivação e projetos de cidadania nas periferias". *Horizontes Antropológicos*, ano 20, n. 42, pp. 153-180.

MAFRA, Clara. (2011), "O problema da formação do "cintur*ão pentecostal" em uma metrópole da Amé*rica do Sul". *Revista Interseções*, v. 13, n. 1, pp. 136-153.

MARTINS, José de Souza. (1994), *O poder do atraso:* Ensaios de sociologia da história lenta. 1 ed. São Paulo: Hucitec.

MBEMBE, Achille. (2016), "Necropolítica". *Arte & Ensaio*, n. 32, pp. 123-151.

MIAGUSKO, Edson. (2016), Esperando a UPP: Circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Impresso), v. 31, pp. 1-15.

NUN, José. (1978), Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. In: PEREIRA, Luiz. (org.). *Populações "marginais"*. São Paulo: Duas Cidades. pp. 73-141.

OLIVEIRA, Francisco de. (1982), O Estado e o urbano no Brasil. *Espaço e Debates*, v. 2, n. 6, pp. 36-54.

OLIVEIRA, Francisco de. (1998), "Entre a terra e o céu: mensurando a utopia?". In: *Seminário Cidadania, pobreza e exclusão social*, 1998, Petrópolis. Anais... *Mimeo*.

OLIVEIRA, Francisco de. (2003), *Crítica da razão dualista/O ornitorrinco*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial.

OLIVEN, Ruben G. (2010), Marginalidade urbana na América Latina: aspectos econômicos, políticos e culturais. In: OLIVEN, Ruben G. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelsteinm. pp. 34-51.

PAOLI, M. C. (1978). A marginalidade no capitalismo dependente: um problema deslocado. In: HOGAN, D. et al. *Cidade usos e abusos.* São Paulo: Brasiliense.

PAOLI, Maria Célia. (1987) "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira." In: LOPES, José Leite (coord.). *Cultura e identidade operária.* Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/Marco Zero.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera da S. (1983), "Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico". *Revista Brasileira de História*, n. 6, pp. 129-149.

PERLMAN, Janice. (1977), *O mito da marginalidade:* favelas e políticas no Rio de Janeiro. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra.

PRECIADO, Paul B. (2008), *Testo Yonqui*. 1. ed. Madrid: Espasa.

QUIJANO, Aníbal. (1978), "Notas sobre o conceito de marginalidade social". In: PEREIRA, Luiz (org.). *Populações "marginais"*. São Paulo: Duas Cidades. pp. 11-71.

RANCIÈRE, Jacques. (2015).*O ódioà democracia*. 1.ª ed. São Paulo: Boitempo.

RIZEK, Cibele; PAOLI, Maria Célia. (2007), "Depois do desmanche". In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele. *A era da indeterminação*. 1 ed. São Paulo: Boitempo. pp. 7-11.

RUI, Taniele (2014). "Usos da "Luz" e da "cracolândia": etnografia de práticas espaciais". *Saúde e Sociedade*, v. 23, n. 1, pp. 91-104.

SADER, Eder. (1998), *Quando novos personagens entraram em cena.* 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SINGER, Paul. (1980), "Movimentos de bairro". In: BRANT, Vinícius C.; SINGER, Paul (org.). *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes/ CEBRAP. pp. 97-101.

TEIXEIRA, César. (2015), "Saindo do crime": igrejas pentecostais, ONGs e os significados da "ressocialização". In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia P.; MACHADO, Carly.;SÁ CARNEIRO, Sandra (eds.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: Ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV. pp. 121-139.

TELLES, Vera da Silva. (2010), *A cidade entre as fronteiras do legal e do ilegal*. 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm.

VITAL, Christina. (2015), *Oração de traficante: Uma etnografia*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond.

WACQUANT, Loïc. (2001), *Os condenados da cidade: estudo da marginalidade avançada*. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan/Fase.

WACQUANT, Loïc. (2012), Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. *Cadernos CRH*, v. 25, n. 66, pp. 505-518.

ZALUAR, Alba. (1982), As mulheres e a direção do consumo doméstico: estudo de papéis familiares nas classes populares urbanas. In: ALMEIDA, Maria Suely et al. (org.). *Colcha de Retalhos*. São Paulo: Brasiliense.

ZALUAR, Alba. (1985), *A máquina e a revolta: As organizações populares e o significado da pobreza*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense.